

SENTIDO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O FUTURO DA AGROECOLOGIA

*João Carlos Canuto
Miguel Angelo da Silveira
João Fernando Marques*

Os impactos ambientais resultantes da atividade agrícola provocam a eclosão de novas demandas de natureza econômica, tecnológica e até mesmo socioculturais. São exatamente estas demandas que induzirão a agricultura ao que se poderia chamar de "ecologização", processo que tem na preservação e no fortalecimento da agricultura familiar uma das chaves para o seu sucesso. Para isso, tornam-se imprescindíveis investimentos em novas estruturas de produção e de comercialização e em pesquisas direcionadas a questões temáticas, por isso mesmo capazes de agregar diferentes tendências do desenvolvimento científico.

Impactos ambientais e novas demandas econômicas e políticas

Nos últimos anos a economia mundial mostrou algumas importantes mudanças de tendência, que buscam dar solução a determinados setores em crise. Dentre elas, estão as respostas que o capital é obrigado a elaborar diante da "questão ambiental", entendida como um processo generalizante de emergência e visibilidade econômica ou política dos impactos da atividade humana sobre o meio ambiente, em sua dupla manifestação: a pressão dos movimentos sociais e ambientalistas e o incremento da degradação dos recursos naturais diretamente econômicos. Tais respostas costumam ser tanto retóricas quanto práticas.

Parte dos autores postula que as mudanças representam adaptações superficiais do capital às novas condições de produção, por meio das quais podem ser mantidas as relações sociais dominantes. Outros autores têm a convicção de que a questão ambiental pressupõe novos procedimentos que vão além das contradições do capital, ou em outras palavras, que esta questão atinge a todos, propicia a oportunidade do debate e pode oferecer soluções de superação do sistema vigente, rumo a uma sociedade em todos os sentidos mais solidária.

A questão ambiental, aqui tratada como um processo global, impõe hoje à economia de mercado pelo menos dois tipos de limitações, uma de ordem política e outra de ordem econômica. De um lado, o movimento ecológico produziu historicamente uma crítica à expansão degradadora do capital, crítica esta que, transformada em resistência política organizada apresenta restrições à livre produção de impactos de alcance sócio-ambiental. De outro, a expansão capitalista começa a provocar o esgotamento de certos recursos naturais, comprometendo as bases e a lógica de reprodução do próprio sistema econômico.

Grande número dos problemas ambientais com que hoje se defronta o capital não se manifesta, todavia, em um estágio crítico, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político. Para enfrentar estes problemas, é corrente o "tamponamento" por meio da construção de novas retóricas, que ora rechaçam, ora incorporam no discurso, a dimensão ecológica. Nesse caso, posterga-se a superação de certas contradições entre capital e natureza até o momento em que se gere uma verdadeira crise.

Outra face dos problemas, de importância crescente, indica um estado de crise econômica ou política, para a qual as soluções devem ir além da retórica. Para tanto, torna-se necessária a incorporação do componente ambiental nas atividades produtivas, por meio de vários mecanismos de reorientação das políticas públicas, da estrutura legal e da tecnologia.

O setor agrícola contribui de forma notável para a geração de impactos ambientais, pertencendo hoje à pauta de preocupações sócio-ambientais que exigem mobilização política. O ritmo desta mobilização é bastante diverso para a realidade dos países da

periferia e do centro. Enquanto nos últimos há uma importante gama de mecanismos práticos, políticos e tecnológicos, em curso desde muitos anos, em países como o Brasil, tal mobilização se manifesta pelo começo da discussão sobre políticas, planos, programas, leis e linhas de investigação tecnológica, além de incipientes experiências no âmbito produtivo.

Impactos ambientais e novas demandas na agricultura

A agricultura constitui um dos setores da economia de importância central neste debate e nos projetos de mudança. Fatores políticos e econômicos de ordem interna e de ordem externa à atividade agrícola exigem o controle das irracionalidades ecológicas mais evidentes.

Na "empresa agrícola", os impactos ambientais da agricultura moderna, em diversas regiões e cultivos, têm levado à degradação dos solos, da água e de outros recursos econômicos, colocando em risco a continuidade desta atividade. A necessidade de responder a tais impactos estimulou a criação de novas demandas microeconômicas, principalmente de corte tecnológico (métodos de controle à erosão, por exemplo), o que representa uma primeira forma de mudança nas relações entre produção e ecologia.

Entretanto, as atividades agrícolas não se restringem a causar impactos no interior da agricultura, senão que se estendem a todo seu entorno regional, nacional e muitas vezes mundial. Isso gera duas formas principais de demandas associadas: as econômicas externas à agricultura e as políticas.

As demandas econômicas externas têm origem em irracionalidades ecológicas internas à agricultura, com repercussão fora dela, por degradar recursos básicos à reprodução da sociedade como um todo (contaminação de reservas hídricas, por exemplo). Sua resolução coloca a necessidade tanto de alternativas tecnológicas no âmbito da propriedade ou de seu entorno (microbacia), como de novas políticas públicas ou legislações, as quais possam garantir a qualidade dos recursos para usos produtivos e sociais.

As demandas políticas normalmente congregam atores sociais diversos, desde o Estado até os movimentos ecologistas, desde os mais confluentes até os de expressão conflitiva. Elas podem, em parte, ser decorrentes das demandas econômicas do capital, anteriormente mencionadas. Entretanto, podem ser fruto da ação política mais independente e da pressão organizada de atores sociais comprometidos com mudanças sócio-ambientais profundas.

Levando-se em conta que os impactos externos à agricultura geram preocupação principalmente nos grandes conglomerados urbanos, os impactos ambientais da atividade agrícola têm, e frequentemente expressam, um grande potencial de politização.

A integração das demandas econômicas (internas e externas à agricultura) e políticas, induz a um importante projeto de

mudança dos modos de fazer a agricultura. Entre eles, há os que o capital está disposto a pôr imediatamente em marcha, por razões econômicas, e há os que deverá incorporar por força das pressões crescentes do movimento de conscientização político-ecológica.

Orientação geral das mudanças

A atividade econômica implica, em geral, incrementos da entropia ou das perdas de processo no sistema envolvido. A agricultura não escapa a esta lei. No entanto, é a atividade que melhor se pode pensar como produção em circuito fechado, ou seja, com baixa entropia. Deste ponto de vista, uma forte estabilidade tem íntima relação com a manutenção de uma considerável complexidade e diversidade naturais.

Os graves impactos ambientais provocados pela agricultura moderna podem ser entendidos como o rompimento da estabilidade dos ecossistemas e a conseqüente redução da sustentabilidade ecológica. Ainda que certos graus de artificialização e homogeneização sejam iminentes a quase toda a atividade econômica, a agricultura moderna tem mostrado uma desmesurada falta de limites na agressão ao meio natural colocando em risco, ao largo do tempo, sua sustentabilidade. A correção destas irracionalidades implica, pois, uma volta a sistemas mais diversos e complexos. Isso já pode ser considerado uma tendência, tanto pela crescente preocupação científica, como por ações práticas em expansão.

Sistemas agrícolas e dimensão ambiental

Um primeiro sistema sobre o qual trataremos é o que se pode chamar de "monocultivo", o qual serve de contraponto àqueles de base familiar, na discussão sobre a potencialidade dos sistemas para um futuro processo de ecologização da agricultura.

O monocultivo é o sistema majoritário, já que, comparado aos demais, é o que comporta maior volume de produção física. Compreende toda a agricultura moderna em larga escala, baseada nas tecnologias chamadas "modernas" e completamente orientada ao mercado. Portanto, a lógica desses sistemas é a empresarial e se define pela exploração de um cultivo (ou uma sucessão simples de cultivos), que indique o melhor retorno econômico num determinado mercado e momento concretos. Quanto à dimensão ecológica, o traço fundamental é a baixa ou muito baixa diversidade e, portanto, a conseqüente estabilidade declinante desse agroecossistema a longo prazo.

É, portanto, um sistema com alta limitação à instauração da complexidade. Isso não significa que seja um sistema em vias de desativação, ainda que esteja submetido, hoje e cada vez mais, a certas "adaptações ecológicas". Assim que, sempre assumindo como verdadeiro um cenário futuro (de futuro não claramente determinável) de ecologização da agricultura, o monocultivo é um sistema de baixo potencial a essa conversão.

Já os sistemas de pequena agricultura parcialmente moder-

nizada que, em maior ou menor grau, têm apoio em trabalho familiar, desenvolvem-se em pequena escala e incorporam volumes variáveis de tecnologia moderna. Tais unidades econômicas somadas representam um grupo da maior importância para a economia. Suas relações com o mercado são, em geral, de proximidade, mas muitas vezes costumam ser "estratégicas": são de acercamento ou distanciamento, onde, em certos momentos, buscam-se vantagens conjunturais no mercado e, em outros, a consolidação da autonomia. Apresentam traços socioculturais ou econômicos do campesinato tradicional, mesmo que tenham passado por um significativo processo de modernização tecnológica e de inserção, por formas variadas, ao mercado. Deste modo, conservam conhecimentos que permitem estabelecer uma série de adaptações ao processo homogeneizante da agricultura moderna, além de sempre estarem buscando garantir internamente parte de sua subsistência. Há uma considerável variabilidade social neste grupo, dado que diferentes condições econômicas e potencialidades naturais permitem a alguns transformar-se em pequenos ou médios empresários e a outros desenvolver cada vez mais uma lógica de reprodução social. Pela incorporação massiva do modelo moderno, têm um potencial de degradação ambiental comparável, às vezes, ao monocultivo. Contudo, os obstáculos à conversão total ao monocultivo, muitas vezes de ordem ecológica, são também freios à deterioração, tais como a conservação de rincões de diversidade natural, conhecimento de gestão da complexidade e o uso das já referidas tecnologias adaptadas. Assim, esses sistemas estão próximos ao monocultivo, desde o ponto de vista tecnológico e do mercado, mas são mais permeáveis a incrementos de complexidade, tanto por suas condições propriamente ecológicas, como pela estrutura e organização do trabalho. Esta situação representa o equilíbrio instável e a noção de movimento entre duas tendências, uma "oikologizante" e outra encaminhada ao comportamento empresarial.

Em sistemas camponeses ou oikológicos, a ecologia não representa somente a base de sua estrutura de produção, mas uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor e fundamento da lógica de reprodução social da família. Em geral, esta lógica reprodutiva é assegurada ao destinar-se importante parte da produção para o consumo interno e pela determinação em permanecer na terra, em resumo, pelo esforço para manter sua autonomia. Em conseqüência, suas relações com o mercado são menos próximas que para todos os outros sistemas. São os sistemas de agricultura camponesa, ou seja, nos quais há uma predominância dos comportamentos chamados "tradicionais" tanto pelo lado da tecnologia, como de suas expressões socioculturais. O trabalho é de natureza familiar e, em casos menos freqüentes, se manifesta em forma de solidariedade grupal ou comunal. Em relação à sua importância enquanto grupo econômico, os oikológicos são sistemas minoritários e cada vez mais escassos. No entanto, representam as últimas fontes preservadas de biodiversidade e do conhecimento necessário para gerir tal diver-

sidade em sistemas agrícolas complexos. Desse modo, são sistemas com potencial para fornecer informação genética e tecnológica para incrementar a sustentabilidade de outros sistemas.

Preservação e fortalecimento da agricultura familiar¹ como base para futuros sistemas agroecológicos

¹A agricultura familiar compreende sistemas de amplitude variável que têm a família como referencial econômico e sociocultural; engloba sistemas camponeses e sistemas de pequena agricultura parcialmente modernizada.

A real sustentabilidade, como dimensão completa, está fortemente relacionada à aquisição de estabilidade ecológica, a qual pode ser obtida em sistemas mais complexos de policultura os mais afeitos e adequados à gestão agroecológica.

As características "intrínsecas" da agricultura familiar podem ser associadas às principais necessidades de base para o estabelecimento de uma agricultura ecológica. A importância estrutural do núcleo familiar, que se orienta primordialmente à garantia da reprodução social, traz consigo, assim, pelo menos duas decorrências.

Uma primeira e fundamental decorrência é a visão sobre preservação dos recursos naturais numa perspectiva, não da próxima colheita, mas da próxima ou próximas gerações. A segunda é a versatilidade para manejar os recursos agrícolas disponíveis. Do ponto de vista produtivo, a experiência adquirida em condições muitas vezes limite, confere uma garantia adicional de continuidade de reprodução econômica a esses sistemas.

Ademais, existe maior controle no processo de trabalho, que permite tratar de processos e cultivos com características genéticas, épocas de plantio, tratamentos culturais, exigências climáticas e edáficas diversas, o que equivale a dizer que a agricultura de base familiar adquiriu uma habilidade nada desprezível para lidar com a complexidade de um sistema produtivo. Num sentido complementar, maior disponibilidade relativa de mão-de-obra e facilidade na sua alocação para trabalhos com certa necessidade de trato artesanal, são características também importantes.

É de se salientar que a agricultura familiar tem grande potencial para a agroecologia, não somente no âmbito específico do sistema de produção em si, mas no domínio dos seus atributos culturais amplos. De um lado, o domínio do uso de insumos e técnicas e, de outro, os conhecimentos tradicionais de gestão que ultrapassam o cultivo e se orientam a toda a propriedade, com suas inter-relações e complementaridades, constituem um patrimônio cultural ainda restante após a modernização dos sistemas agrícolas. Pode-se ilustrar como uma dessas expressões culturais substanciais, a persistência de formas de solidariedade (ajudas mútuas, mutirões etc.) que se estabelecem para superar as dificuldades da produção e, num plano geral, as da sobrevivência. Além de tudo, e um pouco como resultante, a agricultura familiar tem notável capacidade de produzir excedentes para o mercado, com diversidade e quantidade apreciáveis.

Como se argumentou, a conversão dos atuais sistemas agrícolas à agroecologia depende da preservação e do fortalecimento dos sistemas de base familiar. Assim que, não bastam

políticas que permitam a reprodução, a baixos níveis, da agricultura familiar existente, para simplesmente evitar seu desaparecimento, mas buscar abrir novas frentes por meio de um processo sério de reforma agrária. A experiência com assentamentos já mostrou a capacidade destes em dar respostas econômicas positivas. Além disso, dispõem de outras características adicionais às básicas já mencionadas para a agricultura familiar, favoráveis à instauração de sistemas ecológicos.

Uma delas é a organização comunitária ágil, adquirida pela necessidade histórica de organizar-se para obter a terra e nela permanecer. Grau de consciência mais elevado para as questões ambientais, muito em decorrência também do processo de luta pela terra. Ademais, os assentamentos dominam lógicas produtivas versáteis e diversificadas, indo da exploração individual até a grupal e comunitária.

Pode-se também adicionar às características referidas uma condição importante para assentamentos a serem instalados por futuros planos de reforma agrária: a possibilidade de planejar o desenho desses sistemas, já com base em princípios agroecológicos, o que permitiria, por exemplo, elaborar estudos prévios de impacto sócio-ambiental, ao estilo dos EIA/RIMA.

Considerações finais

O cruzamento entre produção econômica, produção ecológica e sistemas de agricultura familiar (incluídos os assentamentos) é ainda pouco estudado e apresenta-se hoje como forte demanda potencial.

Falta, no entanto, um conhecimento mais profundo sobre metodologias de avaliação de impacto ambiental de atividades difusas, caso da agricultura. Também existe grande carência de experiências realmente interdisciplinares que relacionem, como princípio e não como apêndice, avaliações do meio biótico e abiótico a avaliações sociais ou sócio-econômicas e que, além disso, levem em conta a unidade geoambiental "microbacia".

De maneira análoga, há grande deficiência de reflexão e, conseqüentemente, de propostas, que procurem, nas contradições entre produção e preservação, desenhar alternativas de convergência entre estes dois vetores. Essa realidade é mais contundente para condições de assentamentos rurais.

Se a agricultura ecológica é um cenário factível para o próximo século, é verdade que só poderá instaurar-se à base de um importante investimento em estruturas de produção e comercialização, no incentivo à pesquisa e no seu redirecionamento a questões temáticas ou agregadoras dos mais diversos desenvolvimentos científicos. Como tudo isso se traduz, em certo momento, em discussões orçamentárias, logo a agroecologia também é uma proposta a inserir-se na arena política. Assim, antes de tudo, a conversão a sistemas mais ecológicos será produto da resultante das forças políticas em jogo.

O tempo e as novas condições para se estabelecer tal processo dependem de quais atores se mobilizarão – os que podem oferecer respostas econômicas à degradação ou aqueles capazes de exercer pressão via movimentos sócio-ambientais.